

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

EDITAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, CNPJ: 17.188.574/0001-38, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria CRCMG nº 157/2019, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/2002; dos Decretos nº 3.555/2000, nº 5.450/2005, nº 7.746/2012, nº 8.538/2015 e nº 9.178/2017; da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 155/2016 e nº 147/2014, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e SEGES/MP nº 3/2018; aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital conforme indicado abaixo:

Data da abertura das propostas: **29/10/2019**

Horário da abertura das propostas: **09h40min**, respeitando o horário de Brasília/DF.

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925152

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de produtos de informática, conforme discriminação individualizada, condições e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em ITENS, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, conforme relação de produtos e suas respectivas quantidades indicada abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Computador desktop com monitor, teclado e mouse	26
2	Notebook	01
3	Scanner automático	07
4	Tablet tela grande	01
5	Access Point Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR	06
6	Switch POE - UBNT US-24-500W-BR UNIFI SWITCH 24-PORT POE + 2P SFP	01
7	Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office	27

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Integram este Edital os anexos I, II e III.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no plano de trabalho do CRCMG para o exercício de 2019, conforme indicação abaixo:

Projeto: 5010	Centro de Custo: 327	Conta contábil: 6.3.2.1.03.01.006
Projeto: 5010	Centro de Custo: 327	Conta contábil: 6.3.2.1.05.01.002

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. As licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. Para os itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.3.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

4.3.2. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança nesta Entidade contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

4.5.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e subseqüentes lances, se for o caso.

5.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5.1. Valor global do ITEM;

5.5.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

5.7.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.7.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

5.8. A licitante é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL DO ITEM**.

6.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

6.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.23. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

6.24.1. por empresas brasileiras;

6.24.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.25. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.26. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

6.29. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.29.1. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.29.2. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

6.30. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.30.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7. DO ENCAMINHAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro convocará a licitante classificada em primeiro lugar para apresentar **a Proposta de Preços em formato digital**, por meio de funcionalidade disponível no sistema (upload), estabelecendo no chat o **prazo de 1 (uma) hora**, após sua solicitação, sob pena de não aceitação da proposta.

7.1.1. A Proposta de Preços em formato digital deverá:

7.1.1.1. conter a identificação da licitante, **os preços ofertados**, em conformidade com último lance apresentado ou à negociação efetuada com o Pregoeiro, podendo utilizar como modelo o Anexo II deste Edital – Modelo de Proposta.

7.1.1.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.1.1.3. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor,

7.1.2. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@crcmg.org.br.

7.1.3. O prazo para envio da proposta poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada da licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.1.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

7.1.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

7.1.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.1.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.1.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.2. O Pregoeiro examinará a proposta da licitante, quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2.1. ainda, como critério de aceitação, deverá ser encaminhada junto da proposta de preços documentação (manuais, certificados, ou documentos idôneos), comprovando o seguinte para cada ITEM:

7.2.1.1. Para o ITEM 01 (computador desktop com monitor, teclado e mouse):

7.2.1.1.1. Documentação comprovando as especificações do produto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas, inclusive marca, modelo, medidas, capacidade, modelo do processador, procedência, assistência técnica local, garantia e outros elementos que inequivocamente identifiquem as configurações cotadas, comprovadas através de manuais técnicos, catálogo, folder e demais literaturas técnicas editadas pelo fabricante.

7.2.1.1.2. Documentação comprovando que o produto ofertado possui procedência nacional ou está em conformidade com a política de garantia do fabricante para o Brasil, devendo o licitante informar o distribuidor autorizado no Brasil.

7.2.1.1.2.1. Será aceita cópia das especificações obtidas via Internet no site do fabricante, dela constando de forma inequívoca o endereço do site.

7.2.1.1.3. Documentação comprovando que a fabricante do equipamento possui site na internet para download de drivers e dos softwares originais instalados em fábrica, além de suporte técnico e verificação do status da garantia. Não será aceita a comprovação através de redirecionamento para sites de terceiros.

7.2.1.1.4. Documentação comprovando a compatibilidade do equipamento ofertado com o Sistema Operacional solicitado. Somente será aceito marca e modelo de equipamento exato da proposta da licitante.

7.2.1.1.5. Documentação comprovando que o equipamento ofertado e seu fabricante possui a certificação HCL Ubuntu Certified Hardware (<http://www.ubuntu.com/certification/>) na versão 16 LTS ou superior.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

7.2.1.1.6. Documentação comprovando a inclusão da marca e do modelo dos equipamentos ofertados na relação de produtos incentivados (Processo Produtivo Básico), por meio do Site do Ministério de Ciência e Tecnologia de acordo com a Lei 10.176 de 11.01.2001. As empresas que não comprovarem serão desclassificadas. O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio realizará consulta online na data da abertura da licitação caso necessário.

7.2.1.1.7. Documentação comprovando que os equipamentos fornecidos não contêm substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), comprovando-se através de certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou por meio da certificação EPEAT, devendo esta apresentar explicitamente essas informações.

7.2.1.2. Para os ITEM 02 (notebook):

7.2.1.2.1. Documentação comprovando as especificações do produto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas, inclusive marca, modelo, medidas, capacidade, modelo do processador, procedência, assistência técnica local, garantia e outros elementos que inequivocamente identifiquem as configurações cotadas, comprovadas através de manuais técnicos, catálogo, folder e demais literaturas técnicas editadas pelo fabricante.

7.2.1.2.2. Documentação comprovando que o produto ofertado possui procedência nacional ou está em conformidade com a política de garantia do fabricante para o Brasil, devendo o licitante informar o distribuidor autorizado no Brasil.

7.2.1.2.2.1. Será aceita cópia das especificações obtidas via Internet no site do fabricante, dela constando de forma inequívoca o endereço do site.

7.2.1.2.3. Documentação comprovando que a fabricante do equipamento possui site na internet para download de drivers e dos softwares originais instalados em fábrica, além de suporte técnico e verificação do status da garantia. Não será aceita a comprovação através de redirecionamento para sites de terceiros.

7.2.1.2.4. Documentação comprovando a compatibilidade do equipamento ofertado com o Sistema Operacional solicitado. Somente será aceito marca e modelo de equipamento exato da proposta da licitante.

7.2.1.2.5. Documentação comprovando a inclusão da marca e do modelo dos equipamentos ofertados na relação de produtos incentivados (Processo Produtivo Básico), por meio do Site do Ministério de Ciência e Tecnologia de acordo com a Lei 10.176 de 11.01.2001. As empresas que não comprovarem serão desclassificadas. O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio realizará consulta online na data da abertura da licitação caso necessário.

7.2.1.2.6. Documentação comprovando que os equipamentos fornecidos não contêm substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), comprovando-se através de certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou por meio da certificação EPEAT, devendo esta apresentar explicitamente essas informações.

7.2.1.3. Para o ITEM 03 (scanner)

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

7.2.1.3.1. Documentação comprovando as especificações do produto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas, inclusive marca, modelo, medidas, capacidade, procedência, assistência técnica local, garantia e outros elementos que inequivocamente identifiquem as configurações cotadas, comprovadas através de manuais técnicos, catálogo, folder e demais literaturas técnicas editadas pelo fabricante.

7.2.1.3.2. Documentação comprovando que o produto ofertado possui procedência nacional ou está em conformidade com a política de garantia do fabricante para o Brasil, devendo o licitante informar o distribuidor autorizado no Brasil.

7.2.1.3.2.1. Será aceita cópia das especificações obtidas via Internet no site do fabricante, dela constando de forma inequívoca o endereço do site.

7.2.1.3.3. Documento que comprove que a fabricante do equipamento possui site na internet para download de drivers e dos softwares originais instalados em fábrica, além de suporte técnico e verificação do status da garantia. Não será aceita a comprovação através de redirecionamento para sites de terceiros.

7.2.1.4. Para o ITEM 04 (tablet):

7.2.1.4.1. Documentação comprovando que o produto é certificado pela ANATEL.

7.2.1.4.2. Documentação comprovando as especificações do produto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas, inclusive marca, modelo, medidas, capacidade, procedência, assistência técnica local, garantia e outros elementos que inequivocamente identifiquem as configurações cotadas, comprovadas através de manuais técnicos, catálogo, folder e demais literaturas técnicas editadas pelo fabricante.

7.2.1.4.3. Documentação comprovando que o produto ofertado possui procedência nacional ou está em conformidade com a política de garantia do fabricante para o Brasil, devendo o licitante informar o distribuidor autorizado no Brasil.

7.2.1.4.3.1. Será aceita cópia das especificações obtidas via Internet no site do fabricante, dela constando de forma inequívoca o endereço do site.

7.2.1.5. Para os ITENS 05 e 06 (Access Point Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR) e (Switch POE UNIFI):

7.2.1.5.1. Documentação comprovando as especificações do produto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas, inclusive marca, modelo, medidas, capacidade, procedência, assistência técnica local, garantia e outros elementos que inequivocamente identifiquem as configurações cotadas, comprovadas através de manuais técnicos, catálogo, folder e demais literaturas técnicas editadas pelo fabricante.

7.2.1.6. Para o ITEM 7 (Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office):

7.2.1.6.1. Documentação comprovando as especificações do produto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas, inclusive marca, modelo, garantia e outros elementos que inequivocamente identifiquem as configurações cotadas, comprovadas através de manuais técnicos, catálogo, folder e demais literaturas técnicas editadas pelo fabricante.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.3.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.3.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.3.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3.3.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.3.3.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3.3.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.6. Qualquer interessada poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar outros documentos digitais, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de 1 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, além de outros que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

7.7.3. Todos os dados informados pela licitante em sua planilha de custo deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.7.4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

7.7.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.7.5.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

7.7.5.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

7.13. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, a licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

8.1. Como condição prévia ao exame e aceitabilidade da proposta vencedora e da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a licitante estiver com alguma documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista vencida junto ao SICAF.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **no prazo de 2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. As licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6. Habilitação Jurídica

8.6.1. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

8.6.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.6.6. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).

8.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.7.5. Caso a licitante detentora do menor preço seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.8. Qualificação Econômico-Financeira

8.8.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 1 (um) ano contado da data da sua apresentação.

8.8.1.1. A licitante será considerada habilitada pelo SICAF, quando o seu cadastro contiver o registro da referida Certidão atualizada.

8.8.1.2. Caso não conste no cadastro do SICAF do fornecedor a Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata, o documento poderá ser consultado, pelo Pregoeiro, nos respectivos sítios oficiais emissores.

8.9. Qualificação técnica

8.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.1.1. **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente.

8.9.1.1.1. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), **no prazo de 2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@crcmg.org.br.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

8.10.1. O prazo para envio da documentação, acima previsto, poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada da licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.10.3. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10.4. Se A licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10.5. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.17. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

8.18. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

8.19. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

9. DOS RECURSOS

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.2.4. O Pregoeiro julgará os recursos no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo concedido para apresentação de contrarrazões.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

13.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

13.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

13.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

13.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.6. As condições de entrega, de pagamento, vigência, reajuste, recebimento do objeto e fiscalização, obrigações da contratada e do contratante, sanções e rescisão obedecerão às disposições constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e da Lei nº 8.666/93.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, a licitante/adjudicatária que:

14.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta, salvo caso fortuito ou força maior;

14.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.1.4. Não mantiver a proposta;

14.1.5. Cometer fraude fiscal; e

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo.

14.1.6.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação

14.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

14.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

14.2.4. Impedimento de licitar e de contratar com órgãos e entidades da União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I – e na Minuta do Contrato – Anexo III – deste Edital.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br, até as 17h, no horário oficial de Brasília-DF.

15.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio do CRCMG www.crcmg.org.br para os interessados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances

16.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação

16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação

16.9. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração

16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público

16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital

16.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.crcmg.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sede do CRCMG no endereço Rua Cláudio Manoel, nº 639, Savassi, Belo Horizonte - MG, nos dias úteis, no horário das 9h às 17h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados

16.14. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

16.15. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes será realizada, exclusivamente, por meio das ferramentas disponíveis no sistema Comprasnet, sendo vedado qualquer atendimento presencial ou por meio de ligações telefônicas.

16.16. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior do CRCMG, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.17. Após a abertura da sessão pública do pregão, não caberá desistência de proposta, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.18. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou revogada por conveniência do CRCMG, sem que caiba às licitantes qualquer indenização.

16.19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente e dos Princípios Gerais de Direito.

16.20. As dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes, ficarão sujeitas ao Foro da Justiça Federal – Seção Minas Gerais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.21. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data da realização da sessão pública, tendo em vista que quaisquer alterações referentes a este Edital serão disponibilizadas no referido endereço, opções Acesso Livre – Pregões – Agendados.

16.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos

16.22.1. Anexo I – Termo de Referência;

16.22.2. Anexo II – Modelo de Proposta;

16.22.3. Anexo III – Minuta do Contrato.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2019.

Otacílio Valadares Cordeiro
Pregoeiro do CRCMG

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM 1 - SETOR SOLICITANTE

1.1. Gerência de Tecnologia da Informação

ITEM 2 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de produtos de informática, conforme discriminação individualizada dos itens, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

2.2. Relação de itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Computador desktop com monitor, teclado e mouse	26
2	Notebook	01
3	Scanner automático	07
4	Tablet tela grande	01
5	Access Point Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR	06
6	Switch POE - UBNT US-24-500W-BR UNIFI SWITCH 24-PORT POE + 2P SFP	01
7	Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office	27

2.3. Especificações dos Itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Computador desktop com monitor, teclado e mouse	26

2.3.1. Unidade

2.3.1.1. Unidade Estação de trabalho corporativo, atendendo as seguintes especificações mínimas:

2.3.1.2. Gabinete: Tipo reduzido, padrão Small Form Factor (SFF) podendo ser usado na posição vertical ou horizontal, sem comprometer o funcionamento dos componentes. O gabinete não poderá ultrapassar o volume máximo de 11.000cm³; O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para kit de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações.

2.3.1.3. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete;

2.3.1.4. Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (unidade de armazenamento interno, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Será aceito o uso de parafusos recartilhados somente na tampa do gabinete.

2.3.1.5. Acabamento interno composto de superfícies não cortantes.

2.3.1.6. Deverá ser fornecido autofalante interno ao gabinete capaz de reproduzir os sons gerados pelo sistema. O mesmo deverá estar conectado diretamente à placa mãe, sem uso de adaptadores.

2.3.1.7. Processador:

2.3.1.7.1. Processador de Arquitetura Intel Core de 8ª geração ou superior.

2.3.1.7.2. Referência: Intel Core i5-8400 @ 2,80GHz.

2.3.1.7.3. Índice mínimo CPU Benchmark de 11570 (http://cpubenchmark.net/cpu_mega_page.html).

2.3.1.7.4. Processador 64 bits.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.1.7.5. Família desktop.

2.3.1.7.6. 06 (seis) núcleos físicos.

2.3.1.7.7. Suporte à tecnologia de virtualização (VT-x).

2.3.1.7.8. O processador deve operar dentro das especificações originais de seu fabricante.

2.3.1.7.9. Memória: 8 Gigabyte instalados, DDR4 SDRAM 2400MT ou superior.

2.3.1.7.10. Quatro slots de memória e expansível a pelo menos a 64 GBytes.

2.3.1.7.11. É obrigatório informar o modelo do processador ofertado na proposta.

2.3.1.8. Sistema de Armazenamento:

2.3.1.8.1. Interno ao gabinete, contendo 01 (uma) Unidade de Disco Rígido com capacidade mínima de 500 GB; Deve possuir, pelo menos, as tecnologias S.M.A.R.T (Self- Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e/ou NCQ (Native Command Queuing);

2.3.1.8.2. Unidade DVD-RW, interno ao gabinete.

2.3.1.9. Placa principal e BIOS:

2.3.1.9.1. A BIOS deve possuir o número de série do equipamento em campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;

2.3.1.9.2. BIOS personalizável, em que se possa inserir imagem (logo) da contratante;

2.3.1.9.3. A placa mãe deverá ser compatível com o modelo ofertado;

2.3.1.9.4. Sistema de monitoramento de temperatura controlada pela BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O fluxo do ar interno deve seguir as orientações do fabricante do microprocessador;

2.3.1.9.5. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou via Copyright. O fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre a BIOS, garantindo assim adaptabilidade do conjunto adquirido;

2.3.1.9.6. Possuir recurso de formatação segura de disco que impeça a recuperação dos dados após a unidade ser formatada. Essa funcionalidade deve estar nativamente presente no BIOS do equipamento, mantendo atendimento à norma NIST 800.

2.3.1.9.7. Deverá permitir inserir registro de controle patrimonial, de pelo menos 10 (dez) caracteres em memória não volátil. BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI2.1(<http://www.uefi.org>);

2.3.1.9.8. Deverá possuir número de série do equipamento, registrado na BIOS, possibilitando ainda, sua leitura na forma remota por meio de comandos DMI2;

2.3.1.9.9. O fabricante deverá possuir compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria Promoters.

2.3.1.9.10. 2 (dois) slot PCI sendo no mínimo 1 (um) slot PCI express x16 e 1 (um) slot PCI x4 ou x1;

2.3.1.9.11. Possuir, no mínimo, 2 (duas) portas de vídeo, sendo que, pelo menos, 1 (uma) deve ser digital (Display Port/HDMI). A porta DIGITAL do computador deve ser a mesma porta DIGITAL no monitor ofertado, NÃO sendo aceitos adaptadores;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.1.9.12. Interface de rede Ethernet RJ-45, 10/100/1000 (nativa na placa principal);

2.3.1.9.13. Chip de segurança TPM 1.2 ou superior nativo;

2.3.1.9.14. Interface de áudio com entrada frontal para microfone e fone de ouvido podendo ser no padrão combo, não sendo aceito o uso de adaptadores para atender esta exigência;

2.3.1.9.15. Mínimo 9 (nove) interfaces USB nativas sendo pelo menos 3 (três) frontais, das quais 01 (uma) delas tipo-C, não sendo permitido o uso de adaptadores para atender esta exigência;

2.3.1.9.16. Pelo menos 4 (quatro) portas deverão ser do tipo USB 3.0, ou superior. Não será permitido o uso de adaptadores para atender esta exigência;

2.3.1.9.17. Interface de Vídeo Integrada, com suporte a DirectX 12 e OpenGL 4.4 ou superiores;

2.3.1.10. Sistema operacional:

2.3.1.10.1. Sistema Operacional Microsoft Windows 10 Profissional, Português-Brasil, original, 64 bits, pré-instalado, com as respectivas mídias de instalação e licença de uso.

2.3.1.11. Teclado e Mouse:

2.3.1.11.1. Teclado USB, vetado o uso de adaptadores, ABNT, português.

2.3.1.11.2. Mouse USB, vetado o uso de adaptadores, ótico, com botão de rolagem (Scroll). Mínimo de 1000 DPI.

2.3.1.12. Fonte de Alimentação:

2.3.1.12.1. Fonte de alimentação com tensão de entrada 110/220 VAC, com potência máxima de 260W, e eficiência mínima de 85% quando em 50% de carga de trabalho. Deverá possuir certificação 80Plus nível no mínimo Bronze; capaz de suportar a configuração completa de acessórios ou componentes do equipamento;

2.3.1.12.2. Fornecer cabo de energia no novo Padrão Brasil (3 Pinos).

2.3.1.13. Monitor de Vídeo:

2.3.1.13.1. Deverá ser fornecido 1(um) monitor por computador;

2.3.1.13.2. Monitor do Tipo LCD com iluminação em LED com no mínimo 21" e menor ou igual a 25", resolução full HD 1920x1080;

2.3.1.13.3. Contraste mínimo de 1000:1 (típico);

2.3.1.13.4. Ângulo de visão 178º/178º (vertical/horizontal).

2.3.1.13.5. Brilho: mínimo 200cd/m2.

2.3.1.13.6. Tempo de resposta: máximo 8s.

2.3.1.13.7. Pixel Pitch: máximo 0.290 mm.

2.3.1.13.8. Rotação e Inclinação: Regulagem de inclinação, rotação e altura; Função pivot;

2.3.1.13.9. Além disso, o monitor tem que ser girável em torno do seu próprio eixo para direita e esquerda.

2.3.1.13.10. Conectores de Entrada: 1(uma) porta de vídeo VGA para compatibilidade de computadores legado do CRCMG e 2 (duas) portas de vídeo digitais devendo ser 1 (uma) Display Port e 1 (um) HDMI obrigatoriamente compatível com a interface de vídeo do desktop, preferencialmente, sem o uso de adaptadores;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.1.13.11. Deve ser fornecido 1(um) cabo de conexão VGA, 1(um) cabo de conexão Displayport e/ou HDMI e 1(um) cabo de alimentação elétrica no novo Padrão Brasil (3 pinos);

2.3.1.13.12. Fonte de alimentação 110/240, com ajuste automático de tensão (bivolt automático);

2.3.1.13.13. O monitor deverá ser da mesma marca fabricante do equipamento ofertado ou produzido em regime ODM (a empresa é responsável pela concepção do produto com todas as suas características, design, planejamento de produção e tempo de vida e, posteriormente delega a terceiro o fabrico dos equipamentos), ou seja, exclusivamente para ele, não sendo aceito modelo de livre comercialização no mercado (OEM), nem apenas personalizado com etiqueta da logomarca do fabricante do computador;

2.3.1.14. Diversos:

2.3.1.14.1. A homogeneidade dos produtos e acessórios deverá fazer parte do projeto original do fabricante;

2.3.1.14.2. Tanto para o computador quanto para o monitor não serão aceitas adaptações ou adição de componentes não originais do fabricante para atendimento das exigências. Esta exigência visa assegurar a procedência e a garantia total do equipamento pelo fabricante.

2.3.1.14.3. Deverão ser fornecidos equipamentos novos, de primeiro uso, com todos os cabos, conectores e demais peças necessárias para o perfeito funcionamento.

2.3.1.14.4. A instalação física dos equipamentos será por conta da CONTRATANTE.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
2	Notebook	01

2.3.2. Acessórios

2.3.2.1. Devem ser fornecidos, junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento;

2.3.2.2. Maleta ou mochila para acondicionamento e transporte do notebook e seus acessórios.

2.3.2.3. Em couro, poliéster ou nylon, na cor preta;

2.3.2.4. Bolso interno para documentos e objetos e bolso externo para acomodar carregador e mouse;

2.3.2.5. Deve ser compatível com o formato do equipamento ofertado;

2.3.2.6. Deve possuir qualidade adequada que garanta resistência e proteção efetiva para o equipamento;

2.3.2.8. Armazenamento

2.3.2.8.1. 1 (um) disco rígido padrão SATA com velocidade de transferência mínima de 3 GB/s e capacidade mínima de 500 GB;

2.3.2.8.1.1. Buffer interno mínimo de 8MB;

2.3.2.8.1.2. Velocidade de rotação mínima de 7.200 rpm;

2.3.2.8.1.3. Suporte às tecnologias SMART e NQC.;

2.3.2.8.1.4. Possuir sistema de proteção contra impactos.

2.3.2.8.2. 1 (uma) unidade de DVD±RW dual layer interna ou externa via USB;

2.3.2.8.3. 1 (uma) unidade leitora de cartões de memória integrado ao gabinete;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.2.8.3.1. O leitor deverá suportar a leitura/gravação de cartões SD, SDHC e SDXC.

2.3.2.9. BIOS

2.3.2.9.1. A interface de configuração deve possuir opção de exibição no idioma Português do Brasil ou Inglês e compatível com o projeto.

2.3.2.9.2. O fabricante deverá fornecer, em seu Web site, todas as atualizações do BIOS e solução que possibilite a aplicação das atualizações de forma on-line. Esta solução poderá ser por meio de software instalado no sistema operacional do computador ou aplicação on-line no próprio site do fabricante;

2.3.2.9.3. Possuir campo com número de série do equipamento em campo editável que permita inserir identificação personalizada e que possa ser lida remotamente via software de gerenciamento do próprio fabricante ou compatível.

2.3.2.9.4. Possuir recurso de inventário remoto de hardware mesmo com o equipamento desligado;

2.3.2.9.5. Permitir a inicialização remota a partir de imagem (ISO ou IMG) ou CD-ROM ou DVD-ROM instalado no console de gerenciamento;

2.3.2.9.6. A BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo microcomputador, compatível com os padrões ACPI 3.0 e Plug and Play;

2.3.2.9.7. Deverá suportar senha de acesso a BIOS (Setup Password) para Power ON, utilização como Administrador e para o Disco Rígido;

2.3.2.9.8. Deverá possuir capacidade de habilitar/desabilitar as portas USB;

2.3.2.9.9. Possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos DMI 2.0. Este recurso deve ser nativo da BIOS, não sendo aceita implementação por outros meios, como dispositivos externos.

2.3.2.9.10. Deverá possuir mecanismos de hardware ou software ou mesmo ambos em conjunto que executem auto reparo da BIOS e firmware quando corrompidos ou adulterados por ataques cibernéticos, usando uma cópia íntegra que deve estar armazenada em área segura no hardware do sistema em memória flash não volátil. O sistema deve ser capaz de checar a integridade da BIOS do sistema e da área do código do Boot Block em flash a cada momento que o sistema for desligado, colocado em modo de hibernação, ou colocado para dormir, checando a integridade do sistema da BIOS em um intervalo de no mínimo 25 minutos.

2.3.2.9.11. A BIOS deve possuir sistema de verificação da integridade em tempo real, garantindo que apenas imagens confiáveis do código da BIOS sejam executadas e que também impeça a execução de rootkits, vírus e malwares. Essa verificação deve ser executada durante a inicialização, no desligamento e durante o uso do equipamento. Deverá possuir log de eventos gerados pelo BIOS e Firmware do sistema que ao menos grave os registros críticos em memória flash não volátil. Esses eventos devem ser acessíveis através de log no visualizador de eventos do sistema operacional Windows, possibilitando ao administrador local ou remoto ter visibilidade dos eventos ocorridos.

2.3.2.9.12. A BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar sua integridade antes de passar o controle de execução a mesma. Deverá possuir mecanismos de hardware ou software ou mesmo ambos em conjunto de forma que previnam que as configurações lógicas do controlador de rede ethernet sejam alterados e que tenha capacidade de restaurar ao menos os seguintes parâmetros de MAC address e Pre-Boot- Execution - Environment (PXE), baseados na cópia de segurança armazenada em hardware do sistema. Deverá implementar sistemas de alerta visuais em tempo real que advirtam o usuário através de notificações durante o uso do sistema com capacidade de ao menos informar problemas de integridade da BIOS e executar o reparo automático do mesmo.

2.3.2.9.13. Deve implementar mecanismo de atualização da BIOS através da rede de dados de forma que seja possível a partir do SETUP da BIOS buscar por atualizações do sistema diretamente no repositório do fabricante com equipamento conectado à rede e com acesso à Internet de forma que o operador remoto possa executar essa ação independente do estado do sistema operacional.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.2.9.14. BIOS: As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante.

2.3.2.10. Fonte de Alimentação

2.3.2.10.1. Fonte de alimentação externa bivolt 110/220V AC, com seleção automática de voltagem;

2.3.2.10.2. Compatível com a configuração entregue pelo licitante, considerando todos os componentes e acessórios presentes no equipamento, levando-se em conta, inclusive, os limites máximos de "upgrade" suportados pelo equipamento.

2.3.2.10.3. Bateria de Li-Ion, com pelo menos 3 (três) células.

2.3.2.11. Memória RAM

2.3.2.11.1. Possuir no mínimo 2 slots para instalação de memória, permitindo instalar até 32GB;

2.3.2.11.2. Ser fornecido com, no mínimo, 8 GB (oito gigabytes);

2.3.2.11.3. Padrão DDR-4 ou superior, suportando operação em modo Dual Channel;

2.3.2.11.4. Velocidade mínima de 2400 MHz, ou superior, compatível e de acordo com a velocidade de memória do processador fornecido;

2.3.2.12. Periféricos

2.3.2.12.1. 1 (um) Mouse USB:

2.3.2.12.1.1. Deverá ser fornecido 1 (um) mouse tipo óptico por equipamento;

2.3.2.12.1.2. Possuir 2 (dois) botões para seleção e 1 (um) botão de rolagem (scroll);

2.3.2.12.1.3. Possuir a mesma cor predominante do equipamento principal.

2.3.2.13. Placa Mãe

2.3.2.13.1. Possuir controladora SATA integrada, para instalação dos dispositivos, descritos neste Termo de Referência, que utilizam esse barramento para seu funcionamento;

2.3.2.13.2. Possuir integrado Chip (Trusted Platform Module) TPM versão 2.0, ou superior, e acompanhar, de fábrica, software pré-instalado para sua implementação e gerenciamento;

2.3.2.13.3. Suportar função de desligamento automático, ao detectar período de inatividade do teclado (shutdown display);

2.3.2.13.4. Suportar função de desligamento do motor do disco rígido, ao detectar período de inatividade (shutdown disk).

2.3.2.14. Portas de Comunicação e Controlador de Rede

2.3.2.14.1. Mínimo 3 (três) portas USB externa, sendo no mínimo no padrão 3.0 ou 3.1 e 1 (uma) porta com conector padrão USB-C;

2.3.2.14.2. Possuir Controladora Ethernet Gigabit integrada:

2.3.2.14.2.1. No mínimo 1 (uma) porta de rede padrão RJ-45 integrada;

2.3.2.14.2.2. Suportar taxas de transmissão de 10/100/1000 Mbps autosense;

2.3.2.14.3. Possuir dispositivo de Rede Wireless integrado:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.2.14.3.1. Compatível com IEEE802.11 a/b/g/n/ac;

2.3.2.14.3.2. Suporte aos protocolos 802.11i (WLAN security, TKIP e AES), wep 64 e 128, WPA, WPA2, IEEE 802.11 e IEEE 802.1x;

2.3.2.14.3.4. Homologado pela ANATEL;

2.3.2.14.3.5. Não serão aceitos dispositivos USB ou PCMCIA para implementação deste recurso;

2.3.2.14.4. Possuir dispositivo Bluetooth 4.0, ou superior, integrado;

2.3.2.14.5. Não serão aceitos dispositivos USB ou PCMCIA para implementação deste recurso;

2.3.2.15. Processador

2.3.2.15.1. Processador com pelo menos 4 (quatro) núcleos físicos reais, ou superior, e suporte a execução de no mínimo 8 (threads) ou superior;

2.3.2.15.2. Arquitetura x86 com suporte a 64 bits;

2.3.2.15.2.1. Possuir extensões de virtualização e instruções SSE3;

2.3.2.15.3. Suportar o conjunto de instruções Advanced Encryption Standard (AES);

2.3.2.15.4. Memória cache de no mínimo 6 MB (seis megabytes);

2.3.2.15.5. Possuir tecnologia que possibilite o aumento dinâmico de velocidade de clock sob demanda do sistema operacional por processamento;

2.3.2.15.6. Frequência de operação mínima por núcleo de 1.6 GHz, não considerando o aumento dinâmico de clock;

2.3.2.15.7. Deve possuir tecnologia de aumento dinâmico de clock, de acordo com a demanda de uso de processamento. Exemplos: Turbo Core, Turbo Boost (Intel) ou Boost Frequency (AMD);

2.3.2.15.8. Deverá atingir índice de, no mínimo, 7.500 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php;

2.3.2.15.9. O processador deverá estar em comercialização no site da fabricante;

2.3.2.15.10. Fabricação de uso específico para computadores portáteis, excluindo-se processadores fabricados para uso em desktops;

2.3.2.16. Sistema Operacional

2.3.2.16.1. Sistema Operacional Windows 10, Professional (em Português) de 64 bits original, instalado, licenciado (licença perpétua) e devidamente configurado;

2.3.2.16.2. Ser acompanhado de mídias externas contendo os drivers do equipamento e o sistema operacional, sendo aceita(a) mídia(s) externa(s) contendo a imagem do disco rígido com o sistema operacional e os drivers já instalados, para eventual reimplantação no equipamento ou disponibilizados no site da fabricante (drivers) e da Microsoft (S.O.) permitindo a reinstalação no mesmo equipamento quantas vezes forem necessárias;

2.3.2.16.3. Os drivers devem ser compatíveis com o sistema operacional fornecido para funcionamento de todos os dispositivos de hardware do equipamento;

2.3.2.17. Som

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.2.17.1. Controladora de Áudio:

2.3.2.17.1.1. Capacidade de gravar e reproduzir sons simultaneamente;

2.3.2.17.1.2. Possuir no mínimo 1 (um) alto-falante, que deverá estar integrado;

2.3.2.17.1.3. Possuir 1 (uma) entrada para microfone externo e 1 (uma) saída para fone de ouvido/saída de linha. Estas interfaces podem ser implementadas em uma única porta de conexão do tipo Combo ou de maneira individual;

2.3.2.18. Vídeo

2.3.2.18.1. Controladora Gráfica integrada ou dedicada:

2.3.2.18.1.1. Mínimo de 1 GB de memória, por alocação dinâmica (compartilhada com o sistema operacional) ou pré-definida;

2.3.2.18.1.2. Deve possuir, no mínimo, 1 (uma) Interface HDMI ou DisplayPort e 1 (uma) interface VGA;

2.3.2.18.2. Tela LED, com tamanho de 14 polegadas:

2.3.2.18.2.1. Formato widescreen (16:9);

2.3.2.18.2.2. Resolução mínima nativa de alta definição (HD - 1360x768 pixels);

2.3.2.18.2.3. Capacidade de instalação de monitor adicional;

2.3.2.18.2.4. Tecnologia antirreflexo, sem uso de adaptações ou películas externas;

2.3.2.18.3. Câmera de vídeo integrada:

2.3.2.18.3.1. Resolução compatível com o padrão HD 720 ou superior.

2.3.2.19. Diversos

2.3.2.19.1. O equipamento deve possuir, preferencialmente, padrão de cor predominantemente preta, prata ou cinza escuro (grafite);

2.3.2.19.2. O equipamento deverá possuir peso máximo de 1,8KG, e dimensão máxima de todo o gabinete de 2,0CM;

2.3.2.19.3. O mouse integrado do equipamento deverá ser Touchpad com área de rolagem e possuir a função "Scroll";

2.3.2.19.4. O teclado integrado do equipamento deverá ser em Português do Brasil no padrão ABNT-2 com, no mínimo, 82 teclas;

2.3.2.19.5. A unidade do equipamento deverá ser entregue devidamente acondicionada em embalagem adequada, que utilize preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

2.3.2.19.6. Deverão ser fornecidos equipamentos novos, de primeiro uso, com todos os cabos, conectores e demais peças necessárias para o perfeito funcionamento.

2.3.2.19.7. A instalação física do equipamento será por conta da CONTRATANTE.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
3	Scanner automático	07

2.3.3. Especificações do equipamento

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

- 2.3.3.1. Digitalização automática frente e verso (duplex) em uma única passada do original;
- 2.3.3.2. Ciclo diário de digitalizações em formato A4, mínimo de 6.000 páginas;
- 2.3.3.3. Digitalizar documentos como, no mínimo, papel comum, fotográfico, envelopes, cartões de visita, de plástico.
- 2.3.3.4. Detecção de alimentações múltiplas com tecnologia ultrassônica ou mais recente.
- 2.3.3.5. Modos de digitalização Simplex/Duplex;
- 2.3.3.6. Detecção automática de cores;
- 2.3.3.7. Resolução óptica mínima 600 dpi;
- 2.3.3.8. Resolução de saída mínima: 600 dpi;
- 2.3.3.9. Velocidade de digitalização monocromática até 40ppm/80ipm a 200dpi;
- 2.3.3.10. Velocidade de digitalização colorida: até 40ppm/80ipm a 200dpi e até 30ppm/60ipm a 300dpi;
- 2.3.3.11. Alimentador Automático de Documentos para no mínimo 75 folhas de 80 g/m2;
- 2.3.3.12. Deve digitar documentos longos de até 3 metros;
- 2.3.3.13. Deverá ser fornecido com Software de OCR (Optical Character Recognition), em língua portuguesa, na última versão disponível;
- 2.3.3.14. Suportar, no mínimo, os seguintes formatos JPEG, PDF e PDF pesquisável;
- 2.3.3.15. Compatível com sistemas operacionais Windows 10 32/64bits;
- 2.3.3.16 Alimentação 110/127 ou bivolt automático;
- 2.3.3.17 Novo padrão de tomada brasileiro;
- 2.3.3.18 Conexão, no mínimo: USB 2.0;
- 2.3.3.19. Outros requisitos**
- 2.3.3.19.1. Deverão ser fornecidos equipamentos novos, de primeiro uso, com todos os cabos, conectores e demais peças necessárias para o perfeito funcionamento.
- 2.3.3.19.2. A instalação física dos equipamentos será por conta da CONTRATANTE.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
4	Tablet tela grande	01

2.3.4. Especificações técnicas

2.3.4.1. Processador:

2.3.4.1.1. Velocidade do Processador: 1.8GHz Mínimo;

2.3.4.1.2. Tipo de Processador: Octa Core;

2.3.4.2. Tela;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.4.2.1. Tamanho (Tela Principal): de 9,5 a 10,5 polegadas;

2.3.4.2.2. Resolução (Tela Principal): mínimo 1920 x 1200 (WUXGA);

2.3.4.2.3. Tecnologia (Tela Principal): TFT;

2.3.4.2.4. Profundidade de Cor (Tela Principal): 16M.

2.3.4.3. Câmera;

2.3.4.3.1. Resolução - Câmera Traseira: 8.0 MP mínimo;

2.3.4.3.2. Foco Automático - Câmera Traseira: Sim;

2.3.4.3.3. Resolução - Câmera Frontal: 5.0MP mínimo;

2.3.4.3.4. Resolução - Gravação de Vídeos: FHD (1920 x 1080) @30fps mínimo.

2.3.4.4. Memória

2.3.4.4.1. Memória RAM(GB): 2 GB mínimo;

2.3.4.4.2. Memória Total Interna (GB): 32 GB (mínimo);

2.3.4.4.3. Suporte ao Cartão de Memória: MicroSD (até 512 GB) mínimo.

2.3.4.5. Conectividade

2.3.4.5.1. Versão de USB: USB 2.0 (mínimo);

2.3.4.5.2. Localização: GPS;

2.3.4.5.3. Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80;

2.3.4.5.4. Versão de Bluetooth: Bluetooth v5.0 (LE até 2 Mbps).

2.3.4.6. Sistema Operacional:

2.3.4.6.1. Sistema Operacional Android.

2.3.4.7. Bateria

2.3.4.7.1. Uso de Internet Wi-Fi (Horas): até 13

2.3.4.7.2. Reprodução de Vídeos (Horas): até 13

2.3.4.7.3. Capacidade da Bateria (mAh, Typical): 6150

2.3.4.7.4. Removível: Não

2.3.4.7.5. Tempo de Reprodução de Áudio (Horas): até 128

2.3.4.8. Outras especificações:

2.3.4.8.1. Cor: Preferencialmente serão aceitas cor branca, preta, cinza ou prata, sendo que outras cores poderão ser aceitas, desde que sóbrias e aprovadas pelo pregoeiro e equipe de apoio;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.4.8.2. Não será aceito tablet considerado infantil.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
5	Access Point Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR	06

2.3.5. Especificações técnicas:

2.3.5.1. A indicação da marca do equipamento justifica-se em função da necessidade de manter a compatibilidade com equipamentos e solução já implantada, configurada e em funcionamento no CRCMG, uma vez que o objetivo da contratação é a ampliação dos recursos já existentes.

2.3.5.2. Outras especificações:

2.3.5.2.1. Todos os acessórios inclusos.

2.3.5.2.2. Deverá ser entregue conforme especificado, pois trata-se de ampliação dos recursos já existentes, e visa tão somente manter a compatibilidade com equipamentos e solução já implantada, configurada e em funcionamento no CRCMG.

2.3.5.2.3. Deverão ser fornecidos equipamentos novos, de primeiro uso, com todos os cabos, conectores e demais peças necessárias para o perfeito funcionamento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
6	Switch POE - UBNT US-24-500W-BR UNIFI SWITCH 24-PORT POE + 2P SFP	01

2.3.6. Especificações técnicas:

2.3.6.1. A indicação da marca do equipamento justifica-se em função da necessidade de manter a compatibilidade com equipamentos e solução já implantada, configurada e em funcionamento no CRCMG, uma vez que o objetivo da contratação é a ampliação dos recursos já existentes.

2.3.6.2. Outras especificações:

2.3.6.2.1. Todos os acessórios inclusos.

2.3.6.2.2. Deverá ser entregue conforme especificado, pois trata-se de ampliação dos recursos já existentes, e visa tão somente manter a compatibilidade com equipamentos e solução já implantada, configurada e em funcionamento no CRCMG.

2.3.6.2.3. Deverão ser fornecidos equipamentos novos, de primeiro uso, com todos os cabos, conectores e demais peças necessárias para o perfeito funcionamento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
7	Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office	27

2.3.7. Especificações

2.3.7.1. Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office 2016 ou 2019 Home & Business 32 / 64 bits, em Português Brasil, original.

2.3.7.2. A Suíte de aplicativos deve conter: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft PowerPoint, Microsoft Outlook e Microsoft OneNote.

2.3.7.3. Natureza de LICENÇA PERPÉTUA, devendo permitir a reinstalação do produto quantas vezes forem necessárias em 1 PC por licença.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

2.3.7.4. O software deverá ser disponibilizado na forma eletrônica, via download, diretamente dos servidores da Microsoft.

2.3.7.5. Fornecer o certificado de licenciamento, constando o número de série de registro;

2.3.7.6. Deverá ser disponibilizada atualizações periódicas diretamente dos servidores da Microsoft.

2.3.7.7. As licenças fornecidas deverão ter compatibilidade com o sistema operacional Windows 10.

2.3.7.8. A empresa contratada deverá fornecer documento informando todas as chaves referentes às licenças.

ITEM 3 – JUSTIFICATIVA COM INTERESSE PÚBLICO EVIDENCIADO

Atualmente os equipamentos e serviços de informática tornaram-se imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades tanto da Administração Pública quanto da iniciativa privada, servindo de base à prestação de inúmeros serviços.

A aquisição de equipamentos de informática visa garantir que a Entidade disponha de parque tecnológico permanentemente moderno e atualizado, possibilitando a substituição dos equipamentos que se encontram obsoletos e com rendimento insuficiente, bem como a expansão e a melhoria dos recursos de tecnologia da informação indispensáveis às atividades desempenhas pelo CRCMG em todas as suas áreas.

No Plano de Trabalho 2019 do CRCMG, há a previsão do projeto 5010, que se destina ao investimento na atualização do parque de informática, que visa mantê-lo compatível com as necessidades de segurança, de desempenho e de compatibilidade com os sistemas atualmente utilizados. Além disso, a aquisição busca cumprir política do Conselho Federal de Contabilidade, estendida aos Conselhos Regionais, que contam, inclusive, com apoio financeiro para atualização e ampliação dos seus parques de tecnológicos. Conforme diretrizes do PDTI 2019 do CRCMG a previsão é de atualização de 1/3 dos computadores por ano, substituindo, bem como, de modo geral, de promover a ampliação e a renovação contínua da infraestrutura de TI do CRCMG.

Para este levantamento considerou-se a substituição de equipamentos:

- Desktops adquiridos nos anos de 2006 e 2015, os quais já se encontram sem garantia. Ressalte-se que no exercício de 2016 não foram realizadas aquisições de computadores para substituição dos equipamentos antigos.
- Notebook adquirido no ano de 2014, também sem cobertura de garantia, buscando promover a continuidade e a melhoria das atividades desempenhadas pela área requerente.

No caso dos scanners, o objetivo é ampliar o número de equipamentos existentes no Conselho, para atendimento de demanda que necessita maior agilidade, devido ao volume de documentos, realizando o escaneamento por meio de processo automático.

A aquisição do Tablet visa atender a necessidade específica da Gerência de Contabilidade (GECON) para uso de Sistema Web de Bens Patrimonial visando informatizar e agilizar o processo de gerenciamento dos bens patrimoniais do CRCMG.

No caso dos Access Points e do Switch Poe, foi considerada a ampliação da solução implantada em 2018, cujos equipamentos ainda estão em garantia, sendo importante ressaltar que a indicação da marca e do modelo do equipamento justifica-se em função da necessidade de manter a compatibilidade com equipamentos e solução já implantada, configurada e em funcionamento no CRCMG, uma vez que o objetivo da contratação é a ampliação dos recursos já existentes.

ITEM 4 - INDICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Centro de Custo: 327	Projeto: 5010	Conta contábil: 6.3.2.1.03.01.006
Centro de Custo: 327	Projeto: 5010	Conta contábil: 6.3.2.1.05.01.002

ITEM 5 – PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contado da assinatura do contrato.

ITEM 6 – LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DO MATERIAL

6.1. Os equipamentos deverão ser entregues na sede do CRCMG, localizada na Rua Cláudio Manoel, nº 639, bairro Savassi, Belo Horizonte – MG.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

6.1.1. Os custos decorrentes da entrega dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA.

6.2. A entrega deverá ocorrer no período compreendido de segunda a sexta-feira e no horário das 9h às 11h30 e das 13h30 às 17h30min.

6.3. Os produtos devem estar dispostos em embalagens limpas, íntegras, sem rasgos ou amassados, e sem sinais de agentes externos que possam comprometer a qualidade, e devem ter capacidade compatível ao acondicionamento e estocagem adequados do produto. Sempre que possível, as embalagens de vem ocupar o menor volume possível e utilizar materiais recicláveis a fim de garantir a sustentabilidade das compras públicas, conforme item III do art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG.

6.4. Por ocasião da entrega dos equipamentos na sede do CRCMG, seu recebimento será feito em caráter provisório. O aceite definitivo, com a liberação da nota fiscal para pagamento, está condicionado ao atendimento de todas as exigências contidas neste Termo de Referência.

6.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou proposta comercial, ou quando fornecidos com defeito, devendo ser substituídos às expensas do fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da devida notificação de rejeição manifestada pelo CRCMG.

6.6. Neste caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício da contagem dos prazos.

6.7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pelo CRCMG, na forma do art. 73, inciso II e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser precedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da utilização do material fornecido.

6.10. O fornecedor deverá informar, se for o caso, qualquer condição especial para armazenamento e /ou transporte do produto/material fornecido.

6.11. As licenças deverão ser entregues/disponibilizadas, à Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG, na forma eletrônica, via download diretamente dos servidores oficiais das fabricantes.

ITEM 7 – MODALIDADE DA LICITAÇÃO

7.1. Pregão Eletrônico.

ITEM 8 – TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Menor Preço.

ITEM 9 – VALOR DE REFERÊNCIA

9.1. O valor de referência, que corresponde ao valor máximo que o CRCMG se propõe a pagar pela aquisição de cada ITEM, que compõe o objeto desta Licitação é de:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
1	Computador desktop com monitor, teclado e mouse	26	R\$ 5.606,02	R\$ 145.756,52

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
2	Notebook	01	R\$ 5.317,78	R\$ 5.317,78

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
3	Scanner automático	07	R\$ 2.746,64	R\$ 19.226,48

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
4	Tablet tela grande	01	R\$ 2.044,52	R\$ 2.044,52

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
5	Access Point Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR	06	R\$ 1.004,05	R\$ 6.024,29

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
6	Switch POE	01	R\$ 4.609,13	R\$ 4.609,13

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
7	Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office	27	R\$ 939,48	R\$ 25.366,01

9.2. No valor que vir a oferecer deverão ser incluídas todas as despesas com os profissionais e equipamentos, bem como, taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes do fornecimento objeto deste Procedimento.

ITEM 10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a que apresentar **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM**, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital e de seus Anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente:

a) vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, assim como as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital;

b) preços ofertados superiores aos admitidos para cada item, conforme estabelecido no **ITEM 9 – VALOR DE REFERÊNCIA**.

10.3. O julgamento das propostas será de acordo com a sistemática do site de compras denominado www.comprasnet.gov.br, em consonância com a legislação vigente.

ITEM 11 – FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

11.1. O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal com as devidas deduções legais.

11.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.1.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \\ I = 0,00016438$$

11.11. Os preços ofertados são fixos e irredutíveis.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

ITEM 12 – GARANTIA E MANUTENÇÃO

12.1. Deverá ser prestada garantia técnica com as seguintes características em relação a cada ITEM:

12.1.1. Para os ITEM 01 (computador desktop com monitor, teclado e mouse):

12.1.1.1. Os equipamentos ofertados deverão possuir garantia mínima do FABRICANTE de 48 (quarenta e oito) meses, para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local (on-site).

12.1.1.2. O atendimento ao chamado técnico deverá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE.

12.1.1.3. Comprovação da garantia:

12.1.1.3.1. Deverá possuir recurso disponibilizado via site do próprio fabricante (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento.

12.1.1.3.2. A contratada deverá apresentar certificado, nota fiscal, ou outro documento emitido pelo fabricante dos equipamentos, que comprove o período de garantia dos equipamentos ofertados, até a data de entrega dos equipamentos.

12.1.1.3.3. O documento de garantia deverá conter no mínimo: Modelo e número de série do(s) equipamento(s) fornecido(s), prazo de garantia e outras informações necessárias.

12.1.1.3.4. A garantia prestada pelo fabricante não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo prazo de garantia definido deste Termo de Referência.

12.1.2. Para os ITEM 02 (notebook):

12.1.2.1. Os equipamentos ofertados deverão possuir garantia mínima da CONTRATADA de 36 (trinta e seis) meses, para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local (on-site).

12.1.2.2. O atendimento ao chamado técnico deverá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE.

12.1.2.3. Comprovação da garantia:

12.1.2.3.1. Deverá possuir recurso disponibilizado via site do próprio fabricante (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento.

12.1.2.3.2. A contratada deverá apresentar certificado, nota fiscal, ou outro documento emitido pelo fabricante dos equipamentos, que comprove o período de garantia dos equipamentos ofertados, até a data de entrega dos equipamentos.

12.1.2.3.3. O documento de garantia deverá conter no mínimo: Modelo e número de série do(s) equipamento(s) fornecido(s), prazo de garantia e outras informações necessárias.

12.1.2.3.4. A garantia prestada pelo fabricante não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo prazo de garantia definido deste Termo de Referência.

12.1.3. Para o ITEM 03 (scanner):

12.1.3.1. Os equipamentos ofertados deverão possuir garantia mínima da CONTRATADA de 12 (doze) meses, para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local (on-site).

12.1.3.1.1. O atendimento ao chamado técnico deverá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE.

12.1.2.2. Comprovação da garantia:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

12.1.2.3.1. Deverá possuir recurso disponibilizado via site do próprio fabricante (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento.

12.1.2.3.2. A contratada deverá apresentar certificado, nota fiscal, ou outro documento emitido pelo fabricante dos equipamentos, que comprove o período de garantia dos equipamentos ofertados, até a data de entrega dos equipamentos.

12.1.2.3.3. O documento de garantia deverá conter no mínimo: Modelo e número de série do(s) equipamento(s) fornecido(s), prazo de garantia e outras informações necessárias.

12.1.2.3.4. A garantia prestada pelo fabricante não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo prazo de garantia definido deste Termo de Referência.

12.1.4. Para o ITEM 04 (tablet):

12.1.4.1. O período de garantia técnica deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

12.1.4.2. Para comprovação, o prazo de garantia deverá estar discriminado na nota fiscal ou em documento emitido pelo fabricante do equipamento, que comprove o período de garantia, até a data de entrega do produto.

12.1.4.2.1. O documento de garantia deverá conter no mínimo: Modelo e número de série do(s) equipamento(s) fornecido(s), prazo de garantia e outras informações necessárias;

12.1.4.3. A garantia prestada pelo fabricante não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu regular cumprimento.

12.1.5. Para o ITENS 05 e 06 (Access Point Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR) e (Switch POE):

12.1.5.1. O período de garantia técnica deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, na modalidade on-site, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

12.1.5.2. Para comprovação, o prazo de garantia deverá estar discriminado na nota fiscal ou em documento emitido pelo fabricante dos equipamentos, que comprove o período de garantia, até a data de entrega dos produtos.

12.1.5.2.1. O documento de garantia deverá conter no mínimo: Modelo e número de série do(s) equipamento(s) fornecido(s), prazo de garantia e outras informações necessárias;

12.1.5.3. A garantia prestada pelo fabricante não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu regular cumprimento.

12.1.6. Para o ITEM 7 (Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office):

12.1.6.1. O período de garantia técnica deverá ser de 6 (seis) meses, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

12.1.6.2. Para comprovação, o prazo de garantia deverá estar discriminado na nota fiscal ou em documento emitido pelo fabricante do PRODUTO, que comprove o período de garantia, até a data de sua entrega.

12.1.6.2.1. O documento de garantia deverá conter no mínimo: Modelo e número de série do(s) equipamento(s) fornecido(s), prazo de garantia e outras informações necessárias;

12.1.6.3. A garantia prestada pelo fabricante não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu regular cumprimento.

12.2. Atendimento:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

12.2.1. Os serviços de garantia serão solicitados mediante a abertura de chamado via sistema on-line, telefone 0800 ou e-mail, à contratada, ao fabricante ou à empresa autorizada com suporte técnico especializado.

12.2.2. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para solucionar o problema objeto do chamado técnico.

12.2.2.1. Caso o chamado técnico não possa ser solucionado no prazo supracitado, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento por outro de mesmo modelo, ou de configuração igual ou superior, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do diagnóstico da necessidade de substituição.

12.2.2.1.1. O prazo de substituição do produto poderá ser prorrogado, mediante análise e decisão do CRCMG, após solicitação da contratada, que deverá justificar e fundamentar o pedido, apresentando documentação que comprove a superveniência de fato que impossibilite o cumprimento do prazo inicial.

12.2.3. Todos os custos para atendimento da garantia, incluindo todos os componentes, devem ser fornecidos pela CONTRATADA ou Fabricante e estar em conformidade com a política de garantia dos produtos, não sendo permitida mão de obra não autorizada nem a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial ou total da garantia.

ITEM 13 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

13. O contrato vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura e será regido pelas Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.078/1990.

1.3.1. Após o vencimento do contrato, prevalecerá o prazo da garantia técnica, estipulado neste Procedimento, para cada produto fornecido, sem qualquer ônus extra ao CRCMG.

ITEM 14 – SANÇÕES E PENALIDADES POR INEXECUÇÃO OU INADIMPLEMENTO

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o adimplemento contratado;

14.2.2. **Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

14.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.2.5. **Multa de:**

14.2.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso,

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.5.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.5.2.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5.3. 3% (três por cento), sobre o valor total da contratação, em caso de descumprimento de obrigações assumidas consideradas de LEVE impacto, por ocorrência, conforme a graduação estabelecida nos subitens seguintes:

14.2.5.4. 5% (cinco por cento), sobre o valor total da contratação, em caso de descumprimento de obrigações assumidas consideradas de MÉDIO impacto, por ocorrência, conforme a graduação estabelecida nos subitens seguintes:

14.2.5.5. 10% (dez por cento), sobre o valor total da contratação, em caso de descumprimento de obrigações assumidas consideradas de GRAVE impacto, por ocorrência, conforme a graduação estabelecida nos subitens seguintes:

14.3. Na aplicação das sanções, o CRCMG levará em consideração a efetiva gravidade da conduta infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o real dano causado ao Conselho. Sendo assim, as multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente, por conveniência administrativa.

14.4. As FALTAS LEVES serão puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e/ou multa, no percentual de 3% (três por cento) conforme estabelecido no subitem 14.2.5.3, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada.

14.5. As FALTAS MÉDIAS serão puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multa no percentual de 5% (cinco por cento), conforme estabelecido no item 14.2.5.4, caracterizando-se pela recorrência de quaisquer FALTAS LEVES ou pela inexecução parcial ou total da obrigação que acarrete prejuízos aos objetivos da Administração, mas sem inviabilizar total ou parcialmente a execução dos serviços.

14.6. As FALTAS GRAVES serão puníveis com a aplicação das penalidades de multa no percentual de 10% (dez por cento) conforme estabelecido no item 14.2.5.5, podendo ser aplicada cumulativamente as sanções de suspensão temporária do direito de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração ou impedimento de licitar e contratar com a União, caracterizando-se pela recorrência de quaisquer FALTAS MÉDIAS ou pela inexecução parcial ou total da obrigação que acarrete prejuízos relevantes aos objetivos da Administração, inviabilizando a execução da contratação em decorrência de conduta culposa ou dolosa da contratada.

14.7. Afim de nortear na efetiva aplicabilidade das graduações que tratam nos subitens acima, será utilizada a seguinte classificação:

TIPO DE FALTA	GRAVIDADE
Veicular qualquer tipo de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Conselho.	LEVE
Abster-se de prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CRCMG, atendendo às solicitações nos prazos especificados.	LEVE
Não promover o atendimento dos chamados abertos dentro dos prazos estipulados.	LEVE
Não disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, bem como, endereço comercial e telefone de contato.	MÉDIA
Não providenciar a retirada dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência.	MÉDIA
Entregar os produtos em quantidades incompatíveis com o pedido.	GRAVE

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

Executar o contrato sem obedecer estritamente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato pactuado.	GRAVE
Não cumprir os prazos de entrega estipulados neste Termo de Referência e na Ordem de Compra/Serviço enviada pelo CRCMG.	GRAVE
Não providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo fiscal do Contrato, quanto à execução contratual.	GRAVE
Deixar de manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, durante todo o período de vigência do Contrato.	GRAVE
<p>14.7.1. As faltas cometidas pela Contratada que não se enquadrarem em nenhuma das ocorrências previstas na tabela acima, serão avaliadas caso a caso, no âmbito do Processo Administrativo.</p> <p>14.7.2. Ao longo do período de vigência do contrato, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação, pela administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade, considerando que, o fato de a Administração relevar qualquer falta, não implicará em novação.</p> <p>14.7.2.1. Aplicam-se ao contrato as disposições do item acima, na hipótese de cumprimento irregular da garantia durante seu prazo de cobertura.</p> <p>14.8. Reserva-se ao CRCMG o direito de reter e compensar, dos pagamentos da contratada, as multas referidas nos subitens anteriores, assegurado o contraditório e a apresentação de defesa prévia, nos termos da legislação vigente.</p> <p>14.9. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.2, 14.2.3 e 14.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.</p> <p>14.10. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:</p> <p>14.10.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;</p> <p>14.10.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p>14.10.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.</p> <p>14.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.</p> <p>14.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.</p> <p>14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.</p> <p>14.14. Além das sanções acima previstas, o contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.</p>	
ITEM 15 – INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO, SE FOR O CASO	
Não se aplica.	
ITEM 16 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
16.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do artigo 10 do Decreto nº 9.507, de 2018.	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

16.2. A verificação da adequação do cumprimento das obrigações da contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no artigo 47 da IN nº 05/2017.

16.4. O representante do CRCMG deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. O Contrato será fiscalizado por empregado lotado na Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG.

ITEM 17 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Fornecer o(s) produtos(s), objeto deste Edital, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. Entregar o(s) produto(s) objeto desse Edital, obedecendo aos prazos estipulados no item 5 deste Termo de Referência.

17.3. Arcar com todos os custos necessários e relacionados ao fornecimento do(s) produto(s), objeto deste procedimento, tais como materiais, equipamentos, alimentação, transporte, hospedagem, instalações, mão de obra e quaisquer outros que forem pertinentes ao cumprimento do objeto, em conformidade com este Termo de Referência.

17.4. Assumir e cumprir todas as obrigações trabalhistas previstas em legislação e normas específicas, responsabilizando-se, exclusivamente, pela remuneração, encargos sociais e previdenciários, benefícios e demais despesas referentes a seus profissionais, tendo em vista que não será estabelecido nenhum vínculo empregatício ou de responsabilidade entre os profissionais disponibilizados pela contratada para execução do contrato.

17.5. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.6. Prestar garantia técnica somente por meio de profissionais especializados, em conformidade com as condições deste Termo de Referência.

17.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste procedimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, sem ônus par ao CRCMG.

17.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRCMG, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

17.9. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CRCMG e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

17.10. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

17.11. Responsabilizar-se pela entrega do(s) produto(s) em perfeitas condições, assumindo todos os encargos relacionados com o transporte, sejam de ordem técnica, operacional ou fiscal.

17.12. Emitir a(s) nota(s) fiscal(is) com as devidas deduções legais, devendo ser apresentada, juntamente, com as certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

17.13. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

17.14. Cumprir todas as obrigações relacionadas à garantia dos produtos, durante seu prazo de validade, estabelecido neste Termo de Referência.

17.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

17.16. Submeter-se à fiscalização do CRCMG, durante a vigência do contrato e do prazo de garantia do(s) produto(s), seguindo todas as orientações repassadas e atendendo e/ou se responsabilizando pelos chamados de assistência técnica.

ITEM 18 – OBRIGAÇÕES DO CRCMG

18.1. Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do contrato, assim como prestar, prontamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

18.2. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

18.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, por intermédio de empregado do CRCMG designado como Fiscal do Contrato.

18.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) entregues em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, bem como as obrigações assumidas pela empresa contratada.

18.5. Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento do(s) produto(s).

18.6. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

ITEM 19 – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. Os produtos ou serviços contratados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19.2. Os produtos e serviços serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

19.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega do produto ou execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

19.4. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

19.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

ITEM 20 – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ITEM 21 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Contratante à continuidade do contrato.

ITEM 22 – RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Gerência de Tecnologia da Informação (Getin) e pela Gerência Administrativa e Financeira (GEADF), em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo objeto de exame e aprovação do Ordenador de Despesa do Conselho, e passará a integrar o processo administrativo formalizado visando à instauração do certame licitatório e a efetividade da contratação.

DATA	ASSINATURA DO GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Outubro/2019	
DATA	ASSINATURA DO GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Outubro/2019	
DATA	ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRCMG
Outubro/2019	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Ao
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

(E-MAIL): _____

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a(s) seguinte(s) proposta(s) de preços.

Objeto: Aquisição de produtos de informática.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Computador desktop com monitor, teclado e mouse	26	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

Objeto: Aquisição de produtos de informática.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
2	Notebook	01	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

Objeto: Aquisição de produtos de informática.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
3	Scanner automático	07	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

Objeto: Aquisição de produtos de informática.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
4	Tablet tela grande	01	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

Objeto: Aquisição de produtos de informática.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
5	Access Point Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR	06	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

Objeto: Aquisição de produtos de informática.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
6	Switch POE - UBNT US-24-500W-BR UNIFI SWITCH 24-PORT POE + 2P SFP	01	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

Objeto: Aquisição de produtos de informática.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
7	Licenças perpétuas do pacote Microsoft Office	27	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Condições de pagamento: O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

O valor ofertado será fixo, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

Submetemo-nos a todas as condições do Edital nº 016/2019, inclusive quanto ao cumprimento na íntegra do respectivo Termo de Referência - Anexo I.

Dados do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do Contrato:

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

Endereço Eletrônico (e-mail):

_____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal da empresa

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato de aquisição de produtos de informática que entre si fazem, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ/MF sob o número 17.188.574/0001-38, representado por seu presidente, Contador XXXXXXXXXXXXXXXX, de ora em diante denominado CRCMG, e, de outro, XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, na Rua/AVXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representado por seu representante legal, XXXXXXXX, de ora em diante denominada CONTRATADA, sujeitando as partes contratantes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Lei Complementar nº 123, de 13/12/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, com aplicação subsidiária das normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de produtos de informática, conforme discriminação individualizada dos itens, condições e especificações estabelecidas no Edital nº 016/2019 e seu Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Integram este contrato o Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 016/2019 e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CRCMG

2.1. As obrigações da CONTRATADA e do CRCMG são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 016/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. Pelo produto adquirido, constante do objeto do contrato, o CRCMG pagará à CONTRATADA o valor discriminado na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
xx	xxxxxx	xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx

3.4. O desembolso das despesas correrá por meio de dotação orçamentária própria, sob as rubricas 6.3.2.1.03.01.006 e 6.3.2.1.05.01.002.

3.3. Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

3.4. Os valores estipulados acima são fixos, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal com as devidas deduções legais.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

4.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.1.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

4.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

4.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

4.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:
EM = Encargos moratórios;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	395/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	016/2019

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \\ I = 0,00016438$$

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura e será regido pelas Leis nº 10.520/2002, nº 8.666/93 e nº 8.078/90.

5.1.1. Após o vencimento do contrato, prevalecerá o prazo da garantia técnica, estipulado no Termo de Referência, para cada produto fornecido, sem qualquer ônus extra ao CRCMG.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado conforme critérios e condições estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 016/2019, por funcionário lotado na Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 016/2019.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Belo Horizonte, XX de XXXXXX de 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Contador XXXXXXXX

EMPRESA XXXX
XXXXXXXX - XXXXXXXX

Testemunhas

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

CPF: _____